

PCdoB propõe eleição logo após a Constituinte

A crise política agrava-se rapidamente. Pode-se mesmo prever que a situação caminha para um vazio de poder. As classes dominantes tentam encontrar uma fórmula para substituir o presidente Sarney. O ministro do Exército ameaça abertamente com o uso da força.

Os comunistas repudiam qualquer solução golpista. Consideram, que a Constituinte, uma vez elaborada a Carta Magna, deveria fixar a data das eleições quatro meses após a sua promulgação. Veja na página 3.

EDITORIAL

Gato por lebre

Times bold

No Brasil o presidente da República concentra poderes equivalentes ou superiores aos de um rei. Este sistema de governo tem servido às oligarquias para exercer despoticamente o poder e praticar vergonhosas traições aos interesses nacionais em conluio com o capital estrangeiro. Por isto mesmo os brasileiros esperam da Constituinte o fim do presidencialismo, abrindo melhores possibilidades para o exercício da democracia.

Mas o relatório do senador José Fogaça, na subcomissão que trata deste assunto, frustrou o anseio dos democratas. A proposta mantém e até reforça o mandonismo. O presidente da República permanece com poderes absurdos e ainda adquire a prerrogativa de dissolver a Câmara dos Deputados. Cria-se a figura do primeiro-ministro mas este é nomeado pelo presidente e seu bel-prazer. Os deputados poderiam, no máximo, no prazo de cinco dias, votar uma moção de reprovação ao ministério visando derrubá-lo. Mas mesmo esta moção pode ser suspensa por uma decisão do Senado. Na linguagem do dia-a-dia, um verdadeiro cambalacho.

O relator desta comissão chamou este sistema de neo-parlamentarismo. Puro diversionismo. É mesmo o velho presidencialismo apresentado com uma roupagem diferente. O que corresponde aos anseios populares é freiar os superpoderes do presidente, garantir efetiva participação do Legislativo no governo do país, reformular o próprio Legislativo, para adaptá-lo aos novos tempos.

As forças democráticas, embora com diferentes nuances, têm se posto de acordo com um sistema em que o Executivo e o Legislativo dividam as responsabilidades no governo do país. O presidente submeteria ao Congresso a indicação de um primeiro-ministro, que seria o chefe do governo. Este, por sua vez, submeteria ao Congresso a

proposta de um Conselho de Ministros e um plano de governo. A qualquer momento, seja por incompatibilidade com o presidente, seja por voto de desconfiança do Congresso ou por manifesta oposição popular, este governo poderia ser substituído.

Além disto, para uma efetiva democratização, o Congresso passaria a ser unicameral, com a extinção do Senado - instituição obsoleta, antro do mais refinado reacionarismo. Os comunistas ainda propõem que o Congresso passe a contar com uma representação classista, de um operário e um camponês eleitos em cada um dos Estados da federação.

Nada disto consta do relatório da subcomissão do Poder Executivo. Mas mesmo assim comenta-se que o presidente Sarney encomendou uma proposta de emenda ao documento elaborado por Fogaça, assegurando ao presidente a nomeação não só do primeiro-ministro mas também dos ministros militares. E ainda garantido seis anos de mandato para Sarney.

Esta situação mostra a urgência da mobilização popular e da atividade intensa dos parlamentares progressistas, para prosseguir na batalha por um sistema democrático de governo. Os conservadores-preparam-se para mudar só a aparência das coisas, mantendo na nova Carta Magna os conceitos ultrapassados atualmente em vigor.

De qualquer modo, deve-se salientar que o fato dos defensores do presidencialismo se sentirem obrigados a dar o nome de parlamentarismo a seus projetos para defenderem o velho sistema já indica que estão na defensiva. O sentimento do povo é o de mudanças. Os conservadores sentem-se abalados por esta pressão que no momento ainda não conseguiu expressar-se em manifestações políticas de peso. É hora do povo se mobilizar e fazer chegar até Brasília o grito de liberdade e democracia.



Governadores contra os funcionários públicos

Os servidores iniciam articulação nacional para defender o poder aquisitivo do seus salários arroxados. Pág. 8

Constituinte: os relatórios desapontam

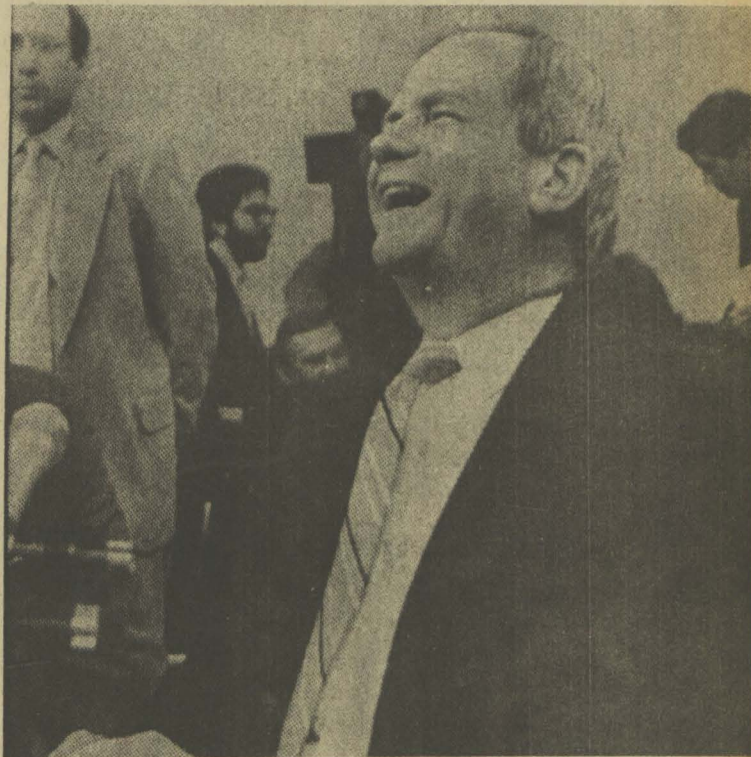
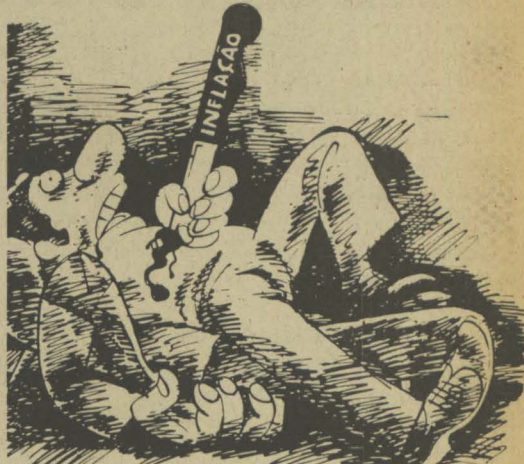
Apesar de alguns avanços, a maior parte dos relatórios das subcomissões frustrou as expectativas dos que esperam mudanças progressistas. A avaliação completa dos relatórios está na página 4.

Atos no Pará contra crimes do latifúndio

Camponeses se mobilizam para barrar violência no campo e aplicação imediata da Reforma Agrária. Já foram realizados grandes atos em Conceição do Araguaia, Xinguara e Paragominas. Nesta última cidade pistoleiro tenta matar deputado. Pág. 6

A maior taxa de inflação da história

Os preços subiram mais de 20% em abril. O governo continua tentando deter a alta com paliativos. Pág. 3



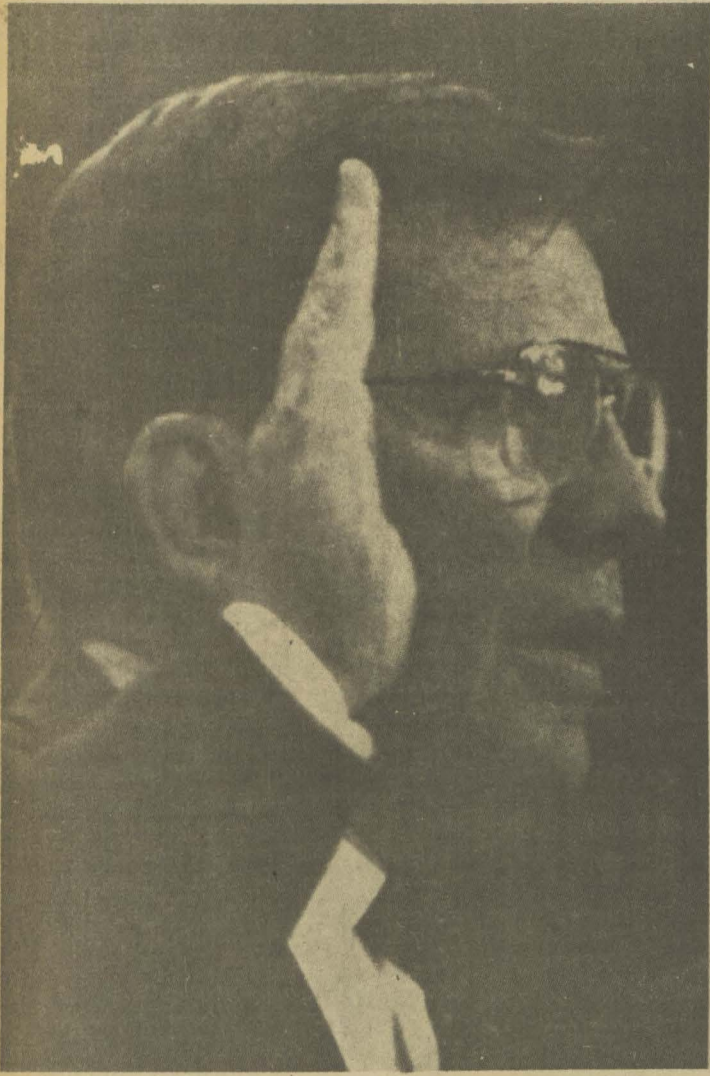
Mesmo sendo acusado, McFarlane ri durante seu depoimento

Reagan atolado no escândalo Irangate

Os depoimentos do general Richard Secord e do ex-chefe do Conselho de Segurança Nacional, Robert McFarlane comprometem Reagan no Irangate. Página 2

IRANGATE

Reagan foi o mandante



Os depoimentos do general Richard Secord (à esquerda) e Robert MacFarlane (dir.) na comissão do Congresso que apura o escândalo Irangate demonstraram como se montou a venda ilegal de armas para o Irã e o envio, também ilegal, de verbas para os mercenários que tentam derrubar o governo da Nicarágua.



Como ao general reformado da Força Aérea Richard Secord a honra de estreiar diante das câmeras de televisão como primeira testemunha das audiências públicas do "Irangate". Durante quatro dias, entre a terça-feira, dia 5, e a sexta, 8, ele respondeu às perguntas da comissão de 15 deputados e 11 senadores, formada em dezembro para investigar o escândalo.

Durante quatro meses, os congressistas tomaram depoimentos preliminares, reuniram documentos, arrolaram cerca de 50 testemunhas e prepararam o roteiro dos interrogatórios públicos. O espetáculo é agora transmitido ao vivo para os EUA pelas principais cadeias de televisão - apesar de que a maioria delas, depois dos primeiros dias, preferiu praticamente cortar as transmissões ao vivo.

Logo na abertura das sessões, os discursos dos integrantes da comissão davam motivos para preocupações.

A grande pergunta que a comissão do Congresso quer responder não é se houve vendas de armas para o Irã (isso

todos sabem); nem se o presidente é o responsável por elas (ele mesmo já admitiu). O problema é descobrir até que ponto o presidente tinha conhecimento de que com o dinheiro das vendas de armas estava sendo fornecida ajuda militar aos contras nicaragüenses. E isto porque durante um período de dois anos, entre outubro de 1984 e outubro de 1986, o Congresso proibira o governo de dar este tipo de ajuda - e foi justamente o período em que se desenvolvem as operações da conexão Irã-contras.

O pesadelo para o presidente Reagan começou pouco depois das eleições parlamentares de novembro de 1986, vencidas pela oposição Democrata. Agentes da CIA começaram a desconfiar de movimentos constantes de navios dinamarqueses a partir de Portugal, com direção ao Irã, via Israel. No carregamento, armas norte-americanas. O episódio causou furor na imprensa e no Congresso: as vendas de armas para o Irã estavam proibidas por um decreto do presidente.

Seguindo ao contrário a tri-

lha das armas, os investigadores chegaram a novidades surpreendentes: Israel trabalhou como intermediário, comerciantes internacionais de armas participaram e, por trás deles altos funcionários do Conselho de Segurança Nacional. Os primeiros nomes a aparecer foram os do ex-chefe do CSN, Robert MacFarlane; do então chefe, almirante John Poindexter; e do seu mais próximo colaborador, o coronel Oliver North.

TROCA POR REFÊNS

A princípio, a versão oficial era de que a operação fazia parte de um esforço de aproximação com dirigentes iranianos "moderados". Os iranianos se encarregaram de esclarecer que não era bem isso: as armas estavam sendo levadas ao Irã, onde Poindexter e MacFarlane estiveram em meados de 1985, para tentar uma troca pelos norte-americanos mantidos como reféns no Líbano por milicianos xiitas pró-Irã. Reagan, que no começo dizia não saber de nada, teve de ir à televisão para assumir a responsa-



bilidade total pelo escândalo, desmentindo-se seguidas vezes e vendo sua credibilidade junto à opinião pública despencar.

Isto tudo se desenrolava em novembro e dezembro. Em setembro, porém, começava a desmoronar a outra ponta da conexão: caiu na Nicarágua o avião pilotado pelo mercenário norte-americano Eugene Hasenfus, que transportava a partir de Honduras e El Salvador armas, munições e mantimentos para os contras.

Seguindo a sua trilha, os congressistas chegaram a uma misteriosa "rede privada" de apoio aos contras. Por trás da tal rede, os cordões da CIA, do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional. Quando estourou o caso das vendas de armas para o Irã, as duas pontas acabaram se juntando, o primeiro funcionário encarregado por Reagan de investigar o caso, o secretário de Justiça Edwin Meese, descobriu que o coronel North e seus colegas estavam desviando os lucros da venda de armas para o Irã para financiar os contras-revolucionários na Nicarágua.

FRAQUEZA DE MEMÓRIA

Estava montado o escândalo da "conexão Irã-contras", ou Irangate. Reagan começou a cair em seguidas contradições. Até admitia que se reuniu com North, e que autorizara as vendas de armas para o Irã em troca dos reféns. Mas simplesmente "não conseguia" lembrar-se das datas, do que exatamente falara - a única certeza é de que não sabia que o dinheiro estava sendo transferido ilegalmente para os "contras".

A memória de Reagan talvez seja refrescada pelos depoimentos públicos. O primeiro deles, do general Secord, praticamente reconstituiu as operações: foi chamado no segundo semestre de 1984 pelo coronel North para ajudar a montar a rede de apoio aos contras, recolhendo dinheiro de países "amigos" e milionários dos EUA. Junto com seu sócio Albert

Hakim, este ex-militar, que foi para a reserva acusado de corrupção e mais recentemente negociava com armas, montou a empresa fantasma Lake Resources Inc., em cuja conta bancária, na Suíça, foram depositados os fundos. Secord disse aos congressistas que o Irã pagou 30 milhões de dólares pelas armas. Deles, 12 milhões foram pagos ao Pentágono pelas armas; 3 milhões foram os gastos da operação; 1 milhão foi empregado em operações diversas; 2 milhões estão perdidos; finalmente, 3,5 milhões foram passados para os "contras" e outros 8 milhões estão depositados na Suíça.

Com este dinheiro, além de armas e mantimentos, foram proporcionados aos dirigentes contra-revolucionários salários de marajás. O mais importante deles, Adolfo Calero, recebeu 200 mil dólares (Cz\$ 6 milhões) no período; outros como Alfonso Robelo e Arturo Cruz recebiam por mês de cinco a dez mil dólares.

Secord foi o único dos acusados do Irangate que não pediu imunidade judicial antes de fazer suas declarações. "Eu acreditava que a Casa Branca conhecia e aprovava nossas ações", disse o general. Ele garante ainda que diversas vezes o coronel Oliver North tinha garantido que não havia perigo: se o escândalo estourasse, o presidente os perdoaria. Secord, que disse ter acreditado que com seu brilhante desempenho na operação Irã-contras conseguiria voltar ao governo, agora está decepcionado: "Fomos abandonados".

Quem também se sente "abandonado" é o ex-chefe do Conselho de Segurança Nacional, Robert MacFarlane, que começou as operações com o Irã. Ele revelou que o próprio Reagan lhe pediu para não "abandonar" os contras. Quando o caso estourou, MacFarlane, sentiu-se "traído" pela Casa Branca e em fevereiro tentou o suicídio - "achei que o mundo seria um lugar melhor sem mim". Reagan, sensibilizado tratou de lhe emprestar todo o apoio ... moral: "Você nunca me falhou".

(SQ)



Estranho crescimento

A taxa de criminalidade nos Estados Unidos cresceu 6% em média no ano passado. Trata-se do maior índice registrado, desde 1980, segundo confessou o FBI (a polícia federal local). É o fruto podre da administração de Ronald Reagan no país que é citado como modelo para os capitalistas.

A estrela desce

A Câmara de Representantes do EUA, reduziu - contra os desejos do presidente Ronald Reagan - as verbas destinadas para o programa "guerra nas estrelas" (Iniciativa de Defesa Estratégica). Com 219 votos a favor e 199 contra, a Câmara decidiu que, em 1988, o Pentágono não poderá gastar mais de 3,1 bilhões de dólares com a "guerra nas estrelas".

Onde fica o Japão?

A juventude estudantil norte-americana é "analfabeta em assuntos internacionais". Esta é a conclusão de uma organização da área de educação - a Global Perspectives in Education - que funciona em Nova Iorque. Entre os estudantes pesquisados, 40% não conseguiram localizar o Japão no mapa. O governo americano, com sua supervalorização dos Estados Unidos como centro do mundo, desconsidera o que existe nos outros países. E isto se reflete inclusive no Brasil.

Pena mínima

A Justiça norte-americana condenou a uma pena mínima de 27 meses de prisão o ex-maior do Exército do Chile, Armando Fernandez, pelo assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier, cometido em 1976, em Washington. O juiz afirmou que a apresentação voluntária do oficial e sua confissão, revelando a participação do serviço secreto chileno no crime, justificam a pena tão leve.

O fracasso da UNO

As organizações de direita nicaragüenses, financiadas pela CIA, estão num processo crescente de desmoralização. Com a renúncia de seus principais dirigentes, foi dissolvida a "União Nicaragüense de Oposição" (UNO). No último dia 9 os "contras" se reuniram em Miami para formar uma nova organização, denominada "Resistência Nicaragüense".

Assassinos obedientes

Na Argentina continuam as pressões para que o governo aceite o chamado "princípio de obediência devida", garantindo a impunidade dos oficiais de patente média, que alegam ter participado de torturas e assassinatos "cumprindo ordens". Sem encontrar até o momento uma fórmula jurídica para esta aberração o presidente Alfonsín estuda a possibilidade de conceder uma espécie de indulto aos militares.

Direto para o hospital

Foi libertado, dia 7, o sindicalista paraguaio Marcelino Corazón Medina, preso desde 26 de fevereiro em greve de fome desde 1º de abril. Medina, dirigente da União Nacional Camponesa, está internado em um hospital da polícia, em estado crítico. A ditadura do general Stroessner nunca se preocupou em submetê-lo a julgamento. Medina foi solto devido à campanha realizada no país contra sua manutenção no cárcere.

Greve negra

No último dia 6 o regime racista da África do Sul realizou eleições para o parlamento. No pleito, tiveram direito de voto cerca de três milhões de brancos, enquanto 25 milhões de negros não puderam participar. Em todo o país a polícia empregou todo sorte de violência para reprimir os protestos da população negra. Cerca de um milhão e meio de trabalhadores negros participaram de uma greve geral contra a discriminação.

Bombas sionistas

Aviões de Israel voltaram a bombardear aldeias palestinas no dia 8 completando três ataques em uma semana. Desta vez o alvo foi Ain Helveh, no Sul do Líbano, matando oito pessoas e ferindo 30, na maioria crianças, mulheres e velhos. Os aviões de fabricação norte-americana que participaram da ação criminal voltaram ilesos para Israel.

Dependência soviética

O déficit comercial da URSS em relação aos países do Ocidente atinge a casa dos 4 bilhões de dólares. E neste ano prevê-se que este país terá que importar cerca de 36 milhões de toneladas de cereais, 6 milhões a mais do que em 1986, agravando ainda mais a sua dependência em relação aos Estados Unidos e Canadá principalmente.

Varridos do território

Uma ofensiva de duas semanas que repeliu um ataque de 800 mercenários contratados pela CIA, saiu vitoriosa na Nicarágua. O governo sandinista anunciou que 46 contras-revolucionários foram mortos, e Exército nicaragüense sofreu oito baixas. Segundo o ministro de Defesa, Humberto Ortega, os contras "queriam mostrar aos norte-americanos que estavam com uma força mercenária combatente e controlavam uma zona libertada, mas foram varridos de nosso território".

Nixon, o violador de leis

O regime norte-americano já foi abalado por outros escândalos. O mais famoso até hoje é o caso Watergate, que culminou na renúncia do presidente Richard Nixon.

Nixon, do Partido Republicano, foi eleito em 1968 e reeleito em 1972. Seu esquema político estava sustentado pelos magnatas do petróleo e pelos grandes agricultores do sul, desejosos de ficar em pé de igualdade com os representantes do grande capital financeiro até então hegemônicos no poder norte-americano.

Politicamente, Nixon era comprometido com os setores mais reacionários dos EUA, muitos integrantes de organizações anti-comunistas internacionais e defensores da guerra do Vietnã. Usando a velha tese de que os EUA são o baluarte da democracia a nível mundial, Nixon conquistou a simpatia da opinião norte-americana, até que estourasse o famoso

caso Watergate.

Em 17 de junho de 1972, seis homens foram pegos em flagrante quando tentavam instalar aparelhos de escuta telefônica no edifício Watergate, sede do Partido Democrata dos EUA.

O episódio, tido inicialmente como um fato isolado, acabou por envolver toda a assessoria do presidente Nixon. Era evidente que o presidente estava metido, e que tudo não passava de uma trama arquitetada para derrotar o partido inimigo nas eleições. Mas Nixon, preocupado com sua imagem, negou seu envolvimento, se acobertou na doce ignorância e prometeu punir os "responsáveis". Essa postura fez escola: hoje, Reagan faz a mesma coisa no escândalo Irã-contras, aconselhado, inclusive, por Nixon.

Mas os assessores não topavam ficar com a batata quente. Wesley Dean, conse-

lheiro pessoal de Nixon, acusou-o de estar envolvido em quatro ações criminosas, sendo: 1- acobertar fatos da justiça; 2- corrupção de testemunhas; 3- corrompeu os culpados para que não o delatassem; 4- conhecimento de falsos testemunhos não denunciado à Justiça.

Só esses fatos já bastariam para pôr Nixon na cadeia. Nixon não estava envolvido somente no escândalo, mas nas manobras que impediam a Justiça de investigar o caso.

Mas a "maior democracia do mundo" achou a solução para sua estabilidade: Nixon renunciou. Nas eleições seguintes, o Partido Democrata assume o poder e ponto final. O presidente não pagou nada pelos seus crimes.

Esses fatos desmascaram o aparente estável regime norte-americano. Uma democracia que se baseia no revezamento de dois partidos, o Democrata e o Republicano, que não passam de agrupamentos diferentes da grande burguesia dos EUA. Contam estes dois partidos, além das vultuosas somas dos grandes capitalistas, de verbas estatais para suas campanhas, coisa que os demais partidos não têm direito.

Democratas e Republicanos brigam no cenário político norte-americano. Mas acima dessa briga, está a necessidade para os capitalistas de que o imperialismo norte-americano se perpetue.

Nixon satirizado pela imprensa ianque na época do Watergate



Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) □ Cz\$ 800,00
Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 400,00
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 400,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 200,00
Anual para o exterior (em dólares) □ US\$ 70,00

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo

CEP: 01318

CDM

Fundação Maurício Grillo



As pistolas de remarcação atuam a toda velocidade nos supermercados

INFLAÇÃO

A recordista invencível

A inflação promete bater um novo recorde, superando a marca dos 20% em abril, conforme informações divulgadas pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira. A história brasileira ainda não havia registrado um índice igual ou superior, pelo menos desde que foi iniciada a coleta de dados sobre a evolução dos preços, em 1944.

Alta mais dramática que a estimada pelo Ministério da Fazenda (com base nos cálculos do IBGE) foi computada pelo Dieese, cujo índice de custo de vida para São Paulo atingiu 24,35% para famílias com rendimentos entre um e 30 salários mínimos. A variação foi ainda mais acentuada para as famílias de menor renda, chegando a 26,48% para a faixa entre um a cinco salários e 28,28% para um a três, neste último caso acumulando uma evolução de 82,49% nos quatro primeiros meses deste ano.

HIPERINFLAÇÃO

Os preços em geral, segundo o órgão, apresentaram "altas extraordinárias, o que demonstra um grande descontrole da política para o setor. Dos 290 produtos e serviços pesquisados, 90 registraram aumentos superiores a 20%, sendo que os itens que mais pressionaram foram habitação (40,84%), transporte (40,84%) e saúde (31,41%)".

Neste ritmo a inflação facilmente ultrapassará a casa dos 1.000% ao ano. Ou seja, caminha-se, a passos largos, para um processo que não fica longe do que se convencionou denominar de hiperinflação, com remarcações a uma velocidade alucinante.

O clima de incertezas em que vive a economia acabou agravando-se com as declarações contraditórias do governo, como o anúncio, e depois o desmentido, da aplicação de um novo congelamento ou da indexação total, que

contribuiu para impulsionar a especulação.

PERDAS SALARIAIS

Os prejuízos continuam sendo descarregados sobre as costas dos assalariados. A regulamentação draconiana do gatilho, baixada por ocasião do Cruzado 2, impede a ocorrência de dois disparos em uma única vez, fazendo com que, mesmo se a inflação atingir 100 ou 200%, os trabalhadores tenham direito a uma reposição de apenas 20%. Quanto maior a inflação, conseqüentemente, maiores a defasagem e as perdas.

Na semana passada, o governo ensaiou algumas medidas visando frear a escalada dos preços. Decretou novas regras para os reajustes e ressuscitou o CIP (Conselho Interministerial de Preços), que havia sido praticamente desativado nos últimos meses.

De novo em cena, o CIP tentará administrar os preços utilizando dois critérios. Os aumentos, inclusive para tarifas, "para quaisquer produtos industriais ou serviços", só poderão ocorrer num prazo mínimo de 30 dias, "salvo nos casos em que houver expressa autorização do CIP", e ficarão limitados ao "máximo equivalente às variações de custo do período, desde que não ultrapassem 80% da variação do INPC do mês anterior".

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Em tese, se fosse cumprida à risca, a decisão poderia trazer resultados positivos. Com efeito, caso todos os preços evoluíssem à base de 80% do INPC, a inflação desceria de um índice suposto em 20% para 16% no mês seguinte, cerca de 13% no outro e assim sucessivamente.

Em teoria, também, os preços subiriam a um ritmo mais ou menos comum, ficariam em pouco tempo sincronizados e a inflação (que é perversa precisa-

mente por incidir de forma desproporcional sobre as diferentes mercadorias) terminaria por ser anulada. Algo como a prometida indexação total.

Mas estamos tratando de idéias e idéias que, infelizmente, andam muito apartadas da realidade. Supõe-se, nelas, que a inflação é tão somente um pesadelo de efeitos, sem causas.

A ingenuidade do instrumento cogitado para combater a carestia salta aos olhos quando se observa que o senhor Bresser Pereira pretende implementar a decisão contando, principalmente, com a colaboração dos senhores capitalistas, os maiores agentes da inflação.

Desta vez não se fala em pedir a fiscalização popular contra abusos. Foram e estão sendo celebrados outros solenes acordos de cavalheiros com a classe dos capitalistas, as autoridades desdobram-se em apelos ao bom senso da burguesia.

É notório que o governo não conta com meios eficientes de fiscalização para garantir o controle dos preços. Contudo, mais evidente é a inconsistência de querer basear tal controle no bom comportamento do empresariado.

Se não bastasse a experiência recente com o Plano Cruzado no ano passado, não custaria atentar para o que disse o próprio presidente da República, José Sarney, ao constatar que "a inflação especulativa está a um nível insuportável, intolerável". Sobre o comportamento dos capitalistas, afirmou o senhor Sarney que eles "não têm cultura para viver num sistema de preços liberados". Além de estarem acostumados à completa impunidade, como lembrou o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro. É de se esperar, na verdade, um novo movimento de "desobediência civil", acompanhada do imobilismo dos governantes.

Sem força e sem coragem

Mais uma vez o governo busca controlar a inflação encenando um acordo entre distintos senhores da burguesia e apelando para medidas artificiais. Não encontra força nem coragem para atacar as causas fundamentais do problema, a cada dia mais graves.

A alta geral dos preços, especialmente nas formas em que se dá no Brasil, é o reflexo de uma luta encarniçada em torno da distribuição das riquezas produzidas pelos trabalhadores, em que todos procuram em primeiro lugar preservar e, na medida do possível, ampliar sua participação relativa no bolo.

É uma luta do conjunto dos capitalistas contra a classe operária e os demais trabalhadores, encetando o capital uma ofensiva para ampliar seus lucros. Mas é, ainda, ao mesmo tempo, resultado de uma acirrada batalha no seio da própria burguesia entre as várias facções das classes dominantes para decidir quem lucra mais.

Do lado dos assalariados, principalmente quando a inflação foge do controle, como no momento, é uma batalha inglória, quase sempre resolvida a favor do capital. É praticamente impossível impedir a corrosão do poder aquisitivo dos salários, quem dirá obter reajustes que representem aumento real. A inflação impulsiona o arrocho e força os trabalhadores a uma

luta defensiva por reposições. Em compensação, faz crescer os lucros.

A briga entre os capitalistas é também inevitável em função da desproporcionalidade de frequência e intensidade com que os preços evoluem. Cada capitalista, isoladamente, ao reajustar o valor de suas mercadorias o faz movido única e exclusivamente pelo interesse de ampliar seus lucros individuais (motivação chocante aos olhos da burguesia, que se sente menos incomodada ignorando o óbvio). É-lhe indiferente se isto ocorre ou não às custas de outros coleguinhos de classe, desajustando as relações entre preços (e lucros) de setores distintos. De qualquer forma, vence a briga - pois assim determina a natureza das coisas - o mais forte. No caso, os grandes grupos monopolistas.

Resultando do conflito em torno da distribuição do produto, a inflação não deixa, entretanto, de ser uma manifestação específica - não é expressão única nem necessária da luta entre classes e interesses contraditórios. Possui, por isto, leis e mecanismos próprios.

No Brasil, são vários os fatores que constituem permanente fonte de pressões inflacionária. Destacam-se a espoliação imperialista do país, a arcaica estrutura fundiária e a monopolização da economia.

Não é difícil verificar que o

fator fundamental da exacerbação do fenômeno na história recente do país foi justamente o pagamento da dívida externa, expressão de um crescimento brutal da participação relativa dos banqueiros estrangeiros no produto do trabalho dos brasileiros.

Isto só foi possível com uma brusca e profunda alteração na estrutura de distribuição, reduzindo a disponibilidade interna (com boa base de nossos bens e mercadorias, o trabalho materializado dos brasileiros, sendo desviado para o exterior) e agravando desequilíbrios de toda ordem. Hospedeira indesejável, a comunidade financeira jantou quase tudo. Pouco sobrou mas a fome dos que são de casa não diminuiu e cada uma luta pela parte que julga ser sua por direito adquirido.

É do interesse da grande burguesia brasileira limitar a gula dos agiotas internacionais, mas sua coragem é pouca e seu propósito tímido, como está a provar a moratória decretada por Sarney, precedida (em novembro, com o Cruzado 2) e seguida (recentemente, com a mididesvalorização) de vários ajustes econômicos para satisfazer os credores. Sem uma postura mais enérgica em relação à dívida é quase impossível deter a marcha da inflação.

(Umberto Martins)

DOCUMENTO DO PCdoB

Diante da crise, eleições após a Carta

A direção nacional do Partido Comunista do Brasil acaba de emitir uma nota sobre o momento político atual, abordando a questão da sucessão presidencial. Publicamos abaixo a íntegra deste importante documento. Os intertítulos são de responsabilidade da redação deste jornal.

A crise política prossegue no país. Vai-se transformando em consenso nacional a necessidade da substituição do presidente Sarney num prazo não muito distante. O governo, cada vez mais isolado, carece de credibilidade, perdeu a confiança do povo. A nação enfrenta enormes dificuldades, agravadas nestas últimas semanas com a brutal elevação dos preços de todos os produtos de consumo popular, dos aluguéis, dos transportes etc. A política econômico-financeira do atual ministro da Fazenda, Bresser Pereira, conduz à recessão, ao desemprego, ao arrocho salarial sob o pretexto de combate à inflação, orienta-se no sentido do retorno do país ao FMI e da submissão às exigências do capital estrangeiro.

Fórmulas para substituir Sarney

A substituição do presidente Sarney, motivo central da crise política, mobiliza intensamente as diversas correntes de opinião, os setores econômicos e sociais, as forças reacionárias, os militares e o capital estrangeiro. Procuram-se fórmulas de tornar exequível a mudança do governo. Os banqueiros internacionais e as forças retrógradas jogam abertamente no golpe militar ou palaciano para impor ao país um governo à margem da lei e a seu serviço. Vários partidos e personalidades políticas indicam datas para a eleição do novo presidente, variando de alguns meses após a promulgação da Carta Magna ao final de 1988. O ministro do Exército ameaça o emprego da força para neutralizar o movimento em favor da solução sucessória num prazo relativamente curto, intervém intempestivamente na vida política brandindo as armas.

O Partido Comunista do Brasil (PC do B), que repudia qualquer tipo de golpe venha de onde vier e que se opõe decididamente ao governo Sarney, vacilante e inconseqüente, sem condições de continuar dirigindo a nação, julga chegado o momento, face à crise econômica e política em agravamento, de ser fixada a data do término do mandato do atual ocupante do Palácio



A substituição de Sarney é o motivo central da crise política

do Planalto. Ele não recebeu expressamente poderes políticos outorgados pelo povo, assumiu a presidência, em situação muito particular, para restabelecer o regime democrático que se fazia necessário após o fim do regime militar. Essa tarefa, bem ou mal realizada, termina formalmente com a promulgação da nova Constituição. Cabe aos constituintes fixar, nas Disposições Transitórias, o momento das eleições presidenciais.

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) é de opinião que essas eleições devem ter lugar de quatro a seis meses após ser promulgada a Carta Magna. Os eleitores devem ser convocados a escolher em pleito direto e secreto o presidente da República para dirigir o país sob a égide da nova Constituição. Acreditamos ser esse o meio normal e democrático da substituição necessária do atual governo.

Dada a instabilidade política e o aprofundamento da crise econômico-financeira, podem advir acontecimentos que precipitem a saída do governo. Neste caso, opinamos que o poder deve passar imediatamente à Assembléia Nacional Constituinte que é, na atualidade, o poder soberano no país. Nenhuma solução golpista, tentando apossar-se do governo, pode ser admitida. A nação precisa estar alerta para exigir por todas as formas o respeito às regras democráticas, contra a volta dos militares e das forças da rea-

ção, mesmo por breve período, à direção governamental.

Militarismo no governo nunca mais

Sem desviar da Constituinte o centro da vida política nacional na qual se trava dura luta contra as correntes reacionárias, o Partido Comunista do Brasil considera indispensável promover-se desde já amplo entendimento das forças democráticas e progressistas visando estabelecer uma plataforma de luta comum e criar uma alternativa de poder que permita aglutinar os trabalhadores e o povo para vencer o atraso e a reação, para libertar nossa pátria da espoliação do capital estrangeiro.

Chamamos os trabalhadores e o povo a prosseguir na luta contra a política do governo Sarney, contra as violências policiais, em defesa de seus interesses imediatos e das liberdades democráticas. Os ricos que paguem a crise. Chamamos o povo a se opor decididamente ao militarismo que tantos males tem acarretado ao país. Militares no governo nunca mais. Chamamos a todos para cerrar fileiras na luta por uma Constituição democrática e progressista. As proposições reacionárias dos constituintes conservadores e de direita precisam ser derrotadas pelo movimento de massas e pelos parlamentares comprometidos com a causa do povo.

Líderes homenageados

No encerramento da reunião do Diretório Nacional do PC do B, no último dia 10, foi prestada uma

homenagem a três dirigentes comunistas assassinados durante a ditadura militar.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

João Batista Drumond, morto sob tortura

Na ocasião, foram inaugurados na sede do partido, em São Paulo, os retratos de Luís Guilhardini, Pedro Pomar e João Batista Drumond. João Amazonas e outros membros da Executiva Nacional falaram sobre a vida e a militância revolucionária destes heróis do movimento pela liberdade e pelo socialismo.

Luís Guilhardini morreu sob tortura, em 1972, nas dependências do Exército no Rio de Janeiro. Pedro Pomar foi assassinado, juntamente com Ângelo Arroio, na chamada "Chacina da Lapa", em São Paulo, em dezembro de 1976. Nessa mesma ação das Forças Armadas, João Batista Drumond foi aprisionado e barbaramente torturado, até à morte. Estes dirigentes do movimento revolucionário brasileiro em momento algum cederam aos algozes, e mantiveram-se firmes no compromisso da classe operária e a causa do proletariado brasileiro.



A partir de agora, a pressão popular será fundamental para garantir uma Constituição progressista

CONSTITUINTE I

Relatórios desapontam

Esta semana, com a apresentação dos relatórios das 24 comissões temáticas, a Assembleia Nacional Constituinte iniciou efetivamente a sua fase decisória. A partir de agora, as grandes questões da vida política, econômica e social do país começam a ser definidas pelos constituintes, até culminarem com a votação do texto final da nova Carta Magna, prevista para ocorrer no máximo até o final deste ano.

Os relatórios apresentados confirmam a tendência conservadora e de centro-direita predominante na Constituinte. Com algumas louváveis exceções, os relatórios não incorporaram as propostas mais avançadas, limitando-se a fazer pequenos retoques no texto constitucional em vigor. Apesar disso, algumas mudanças positivas foram conquistadas já nessa primeira fase do trabalho constituinte:

O melhor exemplo disso é, sem dúvida alguma, o relatório da subcomissão dos direitos dos trabalhadores, de autoria do constituinte Mário Lima, do PMDB-BA. Seu anteprojeto incorpora praticamente todas as principais reivindicações do movimento sindical e representa um importante avanço no terreno social, trabalhista e sindical. Questões fundamentais como a jornada de 40 horas semanais, a estabilidade no emprego, o direito de sindicalização aos servidores públicos, o ilimitado direito de greve, a livre organização sindical, entre outras, estão previstas no anteprojeto.

Além disso, o relatório apresenta algumas inovações positivas, como a garantia de participação direta dos trabalhadores nos lucros ou no faturamento das empresas, e a garantia de acesso dos trabalhadores, através de suas organizações sindicais, às informações administrativas e aos dados econômicos-financeiros das empresas ou órgãos da administração pública. O anteprojeto vai mais além ainda ao incluir nas disposições transitórias um artigo ampliando os benefícios da anistia a todos os que foram punidos entre 2 de setembro de 1961 a 1º de fevereiro de 1987, garantindo aos servidores civis e militares a reintegração no serviço ativo, o recebimento dos vencimentos - salários, vantagens e gratificações atrasadas desde a data da punição, com seus valores corrigidos, além do direito a promoções, cargos, postos, graduações ou funções a que teriam direito se tivessem permanecido em atividade.

Economia: defesa dos interesses nacionais

Outro relatório bastante positivo é o do constituinte Virgildásio de Senna (PMDB-BA), na subcomissão dos princípios gerais da intervenção do Estado na economia e da atividade econômica. O relatório é marcado de uma maneira geral por uma postura de defesa dos interesses nacionais. Exemplo disso é a definição da reserva de mercado, embora sem precisar os setores; o cancelamento dos contratos de risco, com a definição de que a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, a importação, o transporte marítimo e em condutos, do petróleo, de seus derivados e do gás natural são monopólio da União; a proibição da exploração mineral por empresas estrangeiras e a definição de que a lei reprimirá a formação de monopólios privados, oligopólios, cartéis e toda forma de abuso do poder econômico.

Apesar disso, o anteprojeto tem algumas deficiências graves, como não

definir claramente a forma de intervenção e participação do Estado na economia e não fazer qualquer menção ao problema da dívida externa.

Já o relatório da subcomissão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, elaborado pelo constituinte Oswaldo Lima Filho, (PMDB-PE) ficou bem aquém do que se esperava. Em primeiro lugar, porque fixa um limite máximo permitido para propriedades rurais de 100 módulos, o que, embora coíba os atuais exageros, ainda mantém vivo o latifúndio. Além disso o relatório não define o tamanho de módulo rural, deixando esta tarefa a cargo da legislação ordinária, o que pode permitir constantes alterações nesta definição. Como ponto positivo o relatório proíbe que pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras tenham terras no país acima de 3 módulos. Mesmo assim esta formulação ainda tímida.

Colocações avançadas também foram feitas no relatório da subcomissão do sistema financeiro, de autoria do constituinte Fernando Gasparian, do PMDB de S. Paulo. Os destaques principais são a definição de que o presidente do Banco Central deve ser aprovado pelo Congresso Nacional, sendo vedado ocupar o cargo a qualquer pessoa que tenha exercido nos últimos 4 anos função de direção em qualquer entidade financeira privada; o tabelamento dos juros bancários em no máximo 12% ao ano e a adoção de fortes restrições à atuação dos bancos estrangeiros no país.

Forças Armadas: ainda a visão militarista

Nas questões políticas, no entanto, os relatórios têm uma acentuada marca conservadora. O mais reacionário de todos, sem dúvida alguma, é o da subcomissão de defesa do Estado, da sociedade e de sua segurança. Na verdade, o relatório do constituinte Ricardo Fiúza (PFL-PE) consegue ser mais reacionário ainda do que a proposta das próprias Forças Armadas. O exemplo disso é a manutenção da expressão "em defesa da lei e da ordem" na definição do papel constitucional das Forças Armadas, que não estava incluída nem na proposta que os militares fizeram circular pela Constituinte. Nessa questão, a única alteração aceita pelo relator foi a definição de que as Forças Armadas são responsáveis pela defesa dos "poderes constitucionais" as invés da formulação anterior de "poderes constituídos". O relatório não considerou as propostas de criação do Ministério da Defesa, com o fim dos ministérios militares, manteve o Conselho de Segurança Nacional, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros como forças auxiliares de reserva do Exército, a ação da Polícia Federal na repressão política e criou o Estado de Defesa, que não passa de Medidas de Emergência disfarçadas. Além disso, o relatório beira o ridículo ao tratar de questões atinentes ao funcionamento interno das Forças Armadas, chegando mesmo a incluir artigos referentes ao uso de uniformes militares. A impressão que se tem é que Ricardo Fiúza escreveu seu relatório vestindo farda e calçando coturno. É uma proposta inaceitável.

Outro relatório bastante polêmico é o da subcomissão do Poder Executivo, elaborado pelo constituinte José Fogaça (PMDB-RS). Ao definir o sistema de governo a ser adotado no país, Fogaça cria um "neo-parlamentarismo", segundo sua própria definição. Na verdade, numa análise preliminar da pro-

posta, chega-se à conclusão de que ao invés de "neo-parlamentarismo" o relatório cria um "neo-presidencialismo". Isso porque sua proposta aumenta os poderes do presidente da República e dá poderes limitados ao Congresso Nacional.

Sistema de governo: "neo-presidencialismo"

Pela proposta, por exemplo, o primeiro-ministro é nomeado exclusivamente pelo presidente da República, sem a exigência de que a indicação seja previamente votada pelo Congresso, que pode apenas aprovar uma moção reprobatória ao plano de governo apresentado pelo primeiro-ministro, caso em que o chefe do governo e o Conselho de Ministros seriam derrubados. E isto tudo em apenas cinco dias. Se nesse curto período de tempo o Congresso não aprovar a moção reprobatória, o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros são considerados aprovados. Ou seja, mais parece um decurso de prazo.

A proposta acentua ainda o poder do presidente da República sobre o Congresso, ao estabelecer de forma vaga e imprecisa a sua atribuição de dissolver a Câmara dos Deputados. Como se isso não bastasse, ela mantém o Senado como uma Casa privilegiada que não pode ser dissolvida pelo presidente e ainda tem o poder de derrubar moções reprovatórias ou de desconfiança aprovadas pela Câmara. Mais do que isso, a proposta termina por referendar a presença dos ministros militares. O relatório de Fogaça estabelece ainda um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, marcando as eleições presidenciais para 15 de novembro de 1988.

Já o constituinte Darcy Pozza, do PDS-RS, relator da subcomissão dos direitos e garantias individuais conseguiu uma verdadeira proeza. Seu relatório alinha algumas idéias bem mais reacionárias que as contidas na Constituição em vigor. Um exemplo disso é a proposta de que o aborto seja punido como crime e a inclusão de um artigo prevendo que nos casos de desapropriação de terras seja assegurada uma "prévia e justa indenização em dinheiro".

Pressão popular pode conseguir avanço

Agora a batalha ainda continua nas subcomissões para se tentar corrigir as falhas dos relatórios com a apresentação de emendas. Depois disso, os anteprojotos aprovados nas subcomissões serão discutidos e votados pelas comissões para depois serem remetidos à Comissão de Sistematização, encarregada de elaborar o anteprojeto global da nova Constituição que será apreciado e votado pelo plenário da Constituinte.

Para que se consiga derrotar as propostas mais reacionárias e fazer com que a nova Constituição seja efetivamente democrática e progressista é fundamental que, a partir de agora, se intensifique a mobilização popular para pressionar a Constituinte a atender as mudanças desejadas pelo povo.

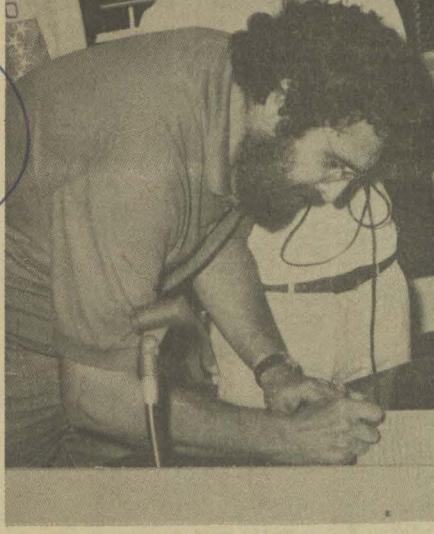
(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

Constituinte II

A voz dos vereadores

Completa revisão do papel constitucional das Forças Armadas. Suspensão do pagamento da dívida externa. Um novo sistema de governo. Estas são apenas algumas das sugestões que duas câmaras municipais do Estado de S. Paulo apresentaram nas últimas semanas à Assembleia Nacional Constituinte, fazendo uso de um dispositivo incluído em seu regimento e visando elevar o grau de participação popular nos trabalhos de elaboração do novo texto constitucional.

A primeira iniciativa foi tomada pela Câmara Municipal de S. José dos Campos, grande centro industrial localizado no Vale do Paraíba. Acolhendo proposta do vereador João Bosco (PC do B), os vereadores decidiram enviar a Brasília um conjunto de sugestões que, se aprovadas, equivalem a um duro golpe nos dispositivos constitucionais em que se apóia o militarismo. No documento que aprovaram, constam os seguintes princípios: 1) As Forças Armadas devem destinar-se exclusivamente à defesa militar da pátria contra agressão externa e assegurar a integridade do território nacional. Deve-se eliminar a função constante na Constituição atual de "defender a lei e a ordem"; 2) Os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica devem ser substituídos por um único ministério - o da Defesa; EMFA e Casa Militar devem perder "status" de ministérios; 3) Deve-se extinguir o SNI; 4) Todos os generais de exército, almirantes de esquadra e briga-



Roberto: novo sistema de governo

CONSTITUINTE III

As próximas etapas

Ao divulgarem seus anteprojotos na semana passada, os relatores das subcomissões da Constituinte estavam apenas dando início ao longo e intrincado processo que levará à aprovação, dentro de alguns meses, da nova Carta constitucional do país. Para intervir com decisão neste processo o movimento popular precisa adquirir uma noção clara de cada uma de suas fases.

É preciso notar que o próprio trabalho das subcomissões não está encerrado. Os deputados ainda têm prazo até dia 19 para apresentar emendas aos anteprojotos dos relatores. A seguir cada relator poderá, entre os dias 19 e 22, alterar ou não seu trabalho inicial, considerando as emendas sugeridas. Finalmente, entre 22 e 24 deste mês, os textos finais dos relatórios serão submetidos a votação nas subcomissões.

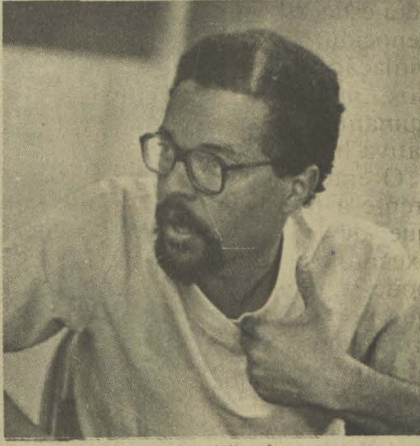
As versões definitivas dos relatórios das subcomissões serão remetidas às **comissões temáticas**, em número de oito. A cada uma delas cabe, num prazo de 20 dias, elaborar um projeto único para a parte da nova Constituição de que está encarregada. Também nesta fase a pressão popular será útil, para cobrar dos deputados e senadores compromisso com as propostas de mudança.

Numa terceira fase, a **Comissão de Sistematização**, composta por 84 constituintes, recolherá os oito relatórios das comissões temáticas e elaborará, tomando-os por base, um anteprojeto integral para a nova Constituição. Há prazo de 30 dias para desenvolver

deiros do ar passarão a ser nomeados pelo presidente da República após apreciação do Congresso. 5) Deve-se estabelecer total obediência das Forças Armadas ao presidente da República.

Agindo de forma semelhante, a Câmara Municipal de Buritama, pequeno município da região pecuarista de Araçatuba, discutiu e aprovou por unanimidade, no último dia 4, uma série de sugestões apresentadas pelo vereador Roberto Néias, do PC do B.

Uma dessas sugestões versa sobre o fim do presidencialismo. Para os vereadores, o governo deve ser exercido num "sistema de co-responsabilidade entre o presidente da República e o Congresso"; o cargo de chefe de governo cabe ao primeiro-ministro, aprovado pelo Congresso, e esse primeiro-ministro pode ser demitido a qualquer tempo pelo presidente ou pelo Congresso, sempre que houver perda de confiança, crise política grave ou oposição expressiva de amplos setores da população.



Bosco: contra o militarismo

Além disso, a Câmara de Buritama pede à Constituinte a suspensão do pagamento da dívida externa com realização de rigorosa auditoria; o estabelecimento de reserva de mercado para empresas nacionais nas áreas de informática, biotecnologia, mecânica de precisão e química fina; a fixação de limites máximos de extensão para as propriedades rurais e a desapropriação das áreas pertencentes a empresas estrangeiras; uma reforma tributária e o combate decidido ao militarismo.

este trabalho, que deverá estar concluído em meados de julho. A Comissão de Sistematização tem amplos poderes, inclusive para modificar textos aprovados nas comissões temáticas. Por isso, será imprescindível que o movimento popular exija dela a manutenção de aspectos progressistas eventualmente aprovados nas fases anteriores de trabalho da Constituinte.

O regimento interno da Assembleia prevê que o anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização seja distribuído amplamente, inclusive às associações da sociedade civil. Assim que ele estiver concluído abre-se um prazo de 30 dias para apresentação de **emendas**, tanto pelos deputados quanto as "de iniciativa popular", desde que apoiadas pela assinatura de pelo menos 30 mil eleitores. A Comissão de Sistematização novamente se reunirá e apresentará, num prazo de 25 dias, seu parecer sobre as emendas apresentadas.

Findo esse trabalho vem a fase decisiva - a das votações em plenário, com início previsto para meados de setembro. O processo final de votação é igualmente complexo, e divide-se em três turnos. É durante o transcorrer dele que será imprescindível a presença constante de grandes concentrações populares em Brasília, pressionando os constituintes por uma Carta sintonizada com os anseios de mudança da maioria.

PRESENÇA DA MULHER

CDM

Adquira o seu exemplar da revista Presença da Mulher. O número 4, que já está circulando, traz artigos de interesse na luta pela emancipação da mulher. O preço de capa é de apenas R\$ 20,00 e os pedidos podem ser feitos à Editora Liberdade, Rua dos Borrachos, nº 51, 1º andar, fone 279-3646, São Paulo.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Presença da Mulher

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Os Barbie no Brasil

Chama a atenção de todos os democratas o julgamento do ex-tenente nazista, Klaus Barbie, realizado nestes dias em Paris. O criminoso foi responsável pelo massacre de mais de 4 mil pessoas e da tortura de outras 15 mil aproximadamente.

CONDENAÇÃO DO SISTEMA

A particularidade deste julgamento é que os crimes foram cometidos entre 1942 e 1944, quando Barbie chefiava a polícia secreta alemã na cidade de Lyon, durante a ocupação da França na Segunda Guerra Mundial.

A compreensão que as nações civilizadas têm hoje, em todo o mundo, é que tais crimes são imprescritíveis - isto é, o criminoso não se livra do julgamento com o passar do tempo, mesmo que permaneça foragido por mais de 40 anos, como é o caso do carrasco Barbie.

Não se trata, neste tipo de julgamento, simplesmente de punir o executor das barbaridades. É evidente que ele deve ser devidamente punido. Mas além de disto, representa a condenação do sistema que gera estas monstruosidades. A tortura e o genocídio não dizem respeito apenas à violação de direitos dos cidadãos atingidos, mas significam uma agressão à humanidade. Não existe nenhuma justificativa humana para este tipo de atitude.

O entendimento do mundo civilizado frente a tais barbaridades é também de que devem ser punidos mandantes e executores. Nenhum policial ou militar pode se escudar no falso argumento de que por "disciplina" foi obrigado a destruir uma pessoa com choques elétricos, fogueamento, pau-de-arara e tantas outras formas brutais de tortura. Esta jurisprudência ficou muito bem definida no Tribunal de Nuremberg, quando foram condenados os nazistas depois do fim da guerra.

DEFESA DA IMPUNIDADE

Mas no Brasil - e também na Argentina - os militares pretendem instaurar uma nova maneira de pensar. Querem que os bandidos que chegaram a matar lentamente, com requintes indescritíveis, até crianças, na frente de suas mães, sejam anistiados. Querem que os cidadãos comuns convivam normalmente com estas bestas enfurecidas. E mais, que aceitem estes monstros ocupando postos de comando nas Forças Armadas, com poderes especiais para praticarem outra vez as mesmas violências, quando acharem que a "força dos argumentos" não vale mais e que é preciso usar o "argumento da força".

Aos brasileiros interessa vivamente portanto o julgamento do nazista Klaus Barbie. Sua condenação é, de certa forma, indiretamente, a condenação também das atrocidades cometidas pelos fascistas em nossa pátria. Mas ao mesmo tempo este episódio só pode reforçar a exigência de que a Constituinte estabeleça com a maior clareza que: a tortura é crime que não pode ser anistiado e que não prescreve com o passar do tempo; que o governo tem o dever perante o mundo de esclarecer um por um todos os casos de desaparecidos durante o regime militar; que todos os torturadores - mandantes e executores - devem ser exemplarmente punidos por crime de lesa-humanidade.

TRADIÇÃO NOCIVA

Este procedimento não visa em particular esta ou aquela pessoa mas representa um passo de enorme importância para preservar o Brasil da repetição da selvageria. Em Canudos, o Exército decapitou os chefes dos revoltosos. No Araguaia esta prática bárbara se repetiu. No Estado Novo e na ditadura militar a tortura foi coisa corriqueira. Já é hora do país erradicar com coragem esta praga.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Em causa própria

Em palestra na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o ex-ministro da Fazenda e atual deputado federal pelo PDS, Delfim Netto, afirmou que se dependesse dele, a dívida externa do Brasil seria apenas de 100 bilhões de dólares mas já teria chegado à casa dos 200 bilhões.

Para argumentar em favor desta afirmação sobreavergonhada, Delfim disse que estes empréstimos são empregados na construção de hidrelétricas, estradas, linhas de transmissão etc. Este argumento e outros favoráveis a este tipo de desenvolvimento querem nos fazer acreditar que um certo número de fábricas funcionando e de obras realizadas compensa largamente a dependência da economia brasileira ao capital estrangeiro. O que não revelam é que os benefícios do que se produz com estes recursos é abocanhado na sua maioria pelos investidores, ficando apenas as obras para os brasileiros. Foi o que aconteceu em 21 anos de ditadura militar - e é o que acontece hoje, em grande parte, como herança deste período.

Ocorre que Delfim faz parte da seleta parcela da grande burguesia que é sócia dos empreendimentos estrangeiros. Dizem inclusive que 10% dos empréstimos foram parar nos bolsos desta gente, como caixinha. Por isto, para estes, mesmo 10 bilhões de dívida ainda é pouco.



Os padres do Santo Ofício arrancavam as confissões na base da tortura. Se o réu negasse a falar, ia para a fogueira

INQUISIÇÃO

Das trevas à luz da história

Acesos debates deverão reacender as brasas dormidas do Tribunal do Santo Ofício durante o Congresso Internacional sobre Inquisição, que realiza-se de 20 a 23 de maio em São Paulo. Estudiosos de 15 países debaterão este tema ainda tabu em nosso país. A Inquisição precedeu em quatro séculos as idéias racistas da "pureza de sangue" e os métodos de tortura dos nazistas. Por causa da raça ou da fé, a alta hierarquia católica mandou para a fogueira milhares de pessoas. Apenas em duas décadas do século XVIII foram queimados 21 cristãos-novos no Brasil e outros 500 encarcerados.

Este congresso é promovido pelo departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), sendo coordenado pela professora Anita Novinsky, uma das maiores pesquisadoras do mundo sobre a Inquisição. Uma primeira fase deste evento ocorreu em Portugal de 17 a 20 de fevereiro deste ano. Durante quatro dias haverá conferências, exposição de gravuras e manuscritos. De 10 a 16 houve um ciclo de cinema com filmes abordando as perseguições da Inquisição. Também haverá no Rio, Minas, Bahia, Pernambuco e Paraíba mini congressos sobre o mesmo tema.

Para a historiadora da USP, Anita Novinsky, autora de vários livros sobre a Inquisição, "o objetivo deste encontro é reunir especialistas do mundo todo para discutir livremente um tema que foi tabu, tanto na história de Portugal como no Brasil. E como é possível você ensinar história do Brasil sem estudar uma instituição que durante 300 anos penetrou em todos os setores da vida? Neste período o indivíduo não podia nem pensar pois tudo era censurado, não se podia publicar livremente, tinha que ter uma única fé, porque nenhuma outra religião, fora a católica, era permitida no Brasil e aqueles condenados por heresia tinham seus bens confiscados".

Hierarquia da Igreja quer apagar os fatos

O desconhecimento desta parte da nossa história não é fortuito, pois a hierarquia católica tenta passar uma borracha sobre estes fatos. Agora mesmo, o cardeal do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, manifestou-se contra a realização do congresso que, segundo ele, seria um pretexto para atacar a Igreja. "Nós não queremos atacar ninguém, nem Igreja, nem religião, nós queremos fazer história, conhecer o nosso passado", retruca Anita Novinsky. "Finalmente a Inquisição foi um tribunal da Igreja, ela se tornou também política, pois foi instituída pelo rei, mas ela foi aprovada pelo papa e a Igreja tem que assumir isso". A professora faz questão de frizar que o espírito da Inquisição ainda permanece vivo. E cita uma carta que recebeu do teólogo suíço Hans Kung (proibido por João Paulo II de lecionar por crité-



Professora Anita Novinsky

car a infalibilidade do papa), dizendo que este congresso não ia estudar apenas um fenômeno histórico porque a Inquisição existe ainda hoje.

Métodos e ideologia lembram o nazismo

O horror causado pelo Tribunal do Santo Ofício e as idéias preconizadas por ele fariam inveja a qualquer agente da Gestapo. Em 1449 a inquisição espanhola adotou uma lei - os estatutos da pureza de sangue - excluindo todos os indivíduos que não tivessem sangue puro da Igreja, dos cargos oficiais, das ordens militares, das universidades e das corporações profissionais. Bastava ter uma gota de sangue árabe, judeu, de negro ou cigano para ser excluído.

"Portanto, a idéia do sangue puro dos alemães nazistas você encontra da mesma forma na Espanha e que depois foi adotada em Portugal e naturalmente no Brasil", diz a professora Novinsky. E acrescenta: "A cúria metropolitana de São Paulo tem os exames de habilitação de gênero pelos quais todos os brasileiros tinham que passar, que era a prova que ele era livre de sangue para entrar na Igreja. Para poder ser padre ele tinha que provar que não tinha nem uma gota de sangue judeu nem de negro. Isto ocorreu até o início do século XIX".

Para a Igreja o tribunal da Inquisição era um grande negócio acima de tudo. Anita Novinsky nos explica que no Brasil as maiores perseguições foram contra os cristãos-novos - profissionais liberais, mercadores e mesmo senhores de engenho - porque "eles tinham dinheiro". As feitiçarias, sodomitas, bigamos e outros acusados de crimes menores, também foram perseguidos, mas havia poucos casos, "porque eles não representavam entradas de dinheiro".

Logo que a pessoa era denunciada pelo Tribunal do Santo Ofício, todos os seus bens eram confiscados. "Metade ficava para a Igreja e metade para a Coroa, mas como a Inquisição alegava que estava sem dinheiro, então o rei acabava dando a sua parte", acrescenta a professora Novinsky. Para ela, "foram interesses econômicos, sem dúvida nenhuma, que moveram este tribunal".

Terror em nome da fé

A Inquisição surgiu em fins do século XIII, numa tentativa da Igreja Católica de impedir uma série de críticas aos seus dogmas e garantir o poder supremo do papa de Roma. Os contestadores eram chamados de hereges. Apesar de ser uma instituição idealizada e dominada pelo papa, contava com o auxílio e aprovação dos soberanos dos países onde atuava.

A Igreja tentava manter a sua unidade a ferro e fogo e todo cidadão era um suspeito em potencial das idéias heréticas. Milhares de pessoas foram mortas, condenadas a penas severas ou tiveram suas obras censuradas. Entre estas vítimas estão Giordano Bruno, Galileu, Camões e Gil Vicente. A Inquisição funcionava com base na delação e se aceitavam denúncias de qualquer pessoa e mesmo cartas anônimas. A vítima nunca sabia quem a havia denunciado.

Logo após a denúncia, um funcionário ia à casa do acusado, junto com o juiz do fisco, que seqüestrava tudo que o sujeito possuía e o levava preso, mesmo que não houvesse provas contra ele. De imediato a casa era lacrada com trancas e barras de ferro e mais tarde os inquisidores a destruíam. A família ficava na rua, sem abrigo e muitas vezes os filhos nunca mais reviam os pais. Os descendentes do condenado eram considerados infames durante várias gerações e impedidos de assumir qualquer cargo na sociedade.

Os crimes julgados pelo Tribunal da Inquisição eram de duas naturezas: contra a fé (judaísmo, protestantismo, maometismo, blasfêmias, desacatos, críticas aos dogmas, entre outras); e contra a moral e os costumes (bigamia, sodomia, feitiçaria etc.). As punições para os crimes contra a fé eram muito mais severas que os dos crimes contra os costumes e a moral.

Muitos enlouqueciam com tantos tormentos

Quando o réu entrava nos cárceres, acusados pelo Santo Ofício, nunca saía ileso. Para salvar-se tinha que confessar-se culpado e acusar as pessoas da sua intimidade: pais, irmãos, amigos. Caso o denunciado não acusasse a própria família e mencionasse os nomes extraídos em denúncias anteriores, a confissão era considerada incompleta. Então, era enviado para a câmara de torturas. Desesperado e na ânsia de salvar-se, muitas vezes o torturado acusava todas as pessoas que conhecia. E assim, os envolvidos com a Inquisição iam aumentando numa espiral sem fim. Era comum os casos de presos que enlouqueciam ou se matavam, não suportando tantos tormentos.

Os métodos de interrogatório variavam de país para país. Em Portugal, dois tipos de tortura eram os mais usados: o torturado se amarrava o réu pelos pulsos e mãos em uma estrieda

cama de ripas e depois lhe cortavam as carnes; e a polé, que consistia em deixar o réu suspenso pelos pés no teto, deixando-o cair em seguida. Este método geralmente deixava o torturado aleijado. Na Espanha usava-se enfiar trapos na garganta do réu, produzindo um estado de asfixia. Também passava-se gordura nos pés, ateando fogo em seguida.

Durante as sessões de tortura um médico acompanhava o trabalho, avaliando quanto tempo a pessoa podia suportar o suplício, ajudando a manter a agonia por mais tempo. A situação era tão macabra que o prisioneiro era obrigado a assinar um papel onde declarava que, caso ficasse aleijado ou com os membros quebrados, a culpa não era dos inquisidores, mas dele próprio, que recusara a revelar o nome de seus cúmplices. Antes de sair da prisão assinava outro documento, prometendo não revelar nada do que se passara ali, sob pena de ser novamente encarcerado.

Grandes festividades para queimar hereges

A pena de morte era aplicada naqueles que negavam ser culpados e aqueles reincidentes. Calcula-se que o maior número de condenados à fogueira eram de cristãos-novos (os judeus forçados a se converterem ao catolicismo). Se no último momento o condenado se arrependesse e pedisse para morrer na lei de Cristo, era primeiro estrangulado e depois atirado no fogo. Se persistisse em dizer que queria morrer na lei de Moisés, era queimado vivo. Os que morriam no cárcere tinham também os ossos queimados.

Quase todos os anos realizavam-se enormes festividades, com muita pompa e a presença de autoridades, como reis, bispos e visitantes estrangeiros. Nestas solenidades, chamadas autos-de-fé, os réus ouviam as suas sentenças e depois se fazia um procissão para conduzir os condenados à morte até a fogueira. Para que houvesse um grande número de assistentes nos autos-de-fé, a Igreja prometia 40 dias de indulgência para quem assistisse esta cerimônia. Calcula-se que a Inquisição portuguesa processou cerca de 40 mil pessoas, sendo que 30 mil foram condenadas e 1.808 queimadas. Na Espanha foram queimados 31.912 hereges e processados 291.450.

A Inquisição também coibia a divulgação das idéias, e para isso utilizava a censura com todo o rigor. Era expressamente proibido imprimir qualquer livro sem exame prévio de uma autoridade eclesiástica. De tempos em tempos Roma editava uma lista de livros proibidos, os chamados Index. Todas as livrarias e navios que chegassem ao porto eram examinados por elementos do clero. Os responsáveis por textos proibidos podiam ser sentenciados à pena de morte.

(Domíngos Abreu)

METALÚRGICOS-SP

A disputa no interior da CUT

A CUT continua dividida e perplexa no processo eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A convenção convocada oficialmente por ela, no último dia 10, acabou indicando um candidato para encabeçar a Chapa 3 que diverge frontalmente da linha política-sindical da Executiva Nacional da central. Jair Meneghelli, presidente da CUT, já adiantou que não irá às portas de fábricas para defender a chapa cutista.

A convenção, realizada na sede do Sindicato dos Bancários, contou com a presença de umas 900 pessoas - bem abaixo das expectativas de seus organizadores. Ela deixou ainda mais transparente as disputas internas no interior da CUT. O candidato do Mosmsp (Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica), Carlúcio Castanha, venceu a convenção com 54% dos votos, sendo indicado para presidir a terceira chapa que concorrerá ao pleito do Sindicato dos Metalúrgicos, marcado para os dias 8, 9, 10 e 11 de junho.

A vitória do Mosmsp desagradou o setor majoritário da direção da CUT. Uma hora antes do término da convenção, os descontentes (cerca de 200 metalúrgicos)

se retiraram para discutir qual postura adotar na eleição sindical. Até o fechamento desta edição, ainda não havia uma posição oficial. Alguns metalúrgicos cutistas anteciparam que ficariam neutros e outros que iriam aderir à Chapa 2 - uma articulação ampla, baseada nas comissões de fábrica, incluindo setores da CUT e 11 diretores dissidentes do Sindicato (veja TO nº 311). Meneghelli, por sua vez, afirmou publicamente que não fará campanha para chapa encabeçada por Carlúcio Castanha.

HISTÓRIA DA BRIGA

A divisão na convenção já era esperada. Há algum tempo, o Mosmsp e outros agrupamentos incrustados na CUT (a maioria de matiz trotskista) vêm fazendo duras críticas à direção da central, chamando-a de social-democrata, reformista e outros adjetivos. No seu último congresso nacional, em agosto passado, esses setores chegaram a fazer coro contra Meneghelli, chamando-o de "pelego e manobrista".

As divergências entre esses dois blocos são profundas. Um bloco, tendo à frente o Mosmsp, defende uma partidização ainda maior da central e não aceita qualquer aliança com outras



Meneghelli não gostou do resultado da convenção da CUT

correntes sindicais fora da CUT. No congresso de agosto, propôs que a central petista se transformasse num instrumento do poder operário no país, adotando um programa revolucionário. Na ocasião, o presidente da CUT comentou: "Esses caras confundem partido com sindicato". Alertando para o crescimento dessa corrente interna, disse: "Se ela ganhar o congresso, eu entrego as chaves e vou fundar uma nova central sindical".

O bloco "xiita", como foi pejorativamente batizado, foi derrotado, recebendo cerca de 30% dos votos dos congressistas. Só que não desapareceu, ao contrário. As divergências se avolumaram e hoje é aberta a briga pela hegemonia na CUT. Ela se expressa, inclusive, em vários pleitos sindicais, como no dos Metalúrgicos de Betim (MG), nos Professores de São Paulo e outros,

onde a CUT marcha dividida.

"DERROTA DA CUT"

No caso dos metalúrgicos, a situação da CUT é ainda mais delicada. Isto porque um de seus setores, prevendo o desfecho negativo da briga interna, antecipou-se e compôs uma chapa ampla, inclusive com setores da CGT, articulada a partir das comissões de fábricas existentes na categoria. A Chapa 2, encabeçada por Lúcio Bellentani, coordenador da Comissão de Fábrica da Ford, atraiu a simpatia de vários dirigentes cutistas, como Paulo Paim, Olívio Dutra, João Paulo Pires Vasconcelos.

Para Lúcio Bellentani, "a tendência agora, depois do desastre na convenção da CUT, é a gente atrair ainda mais companheiros cutistas". Ele garante que Meneghelli não apoiará a Chapa 3 e "deve ficar neutro nesta importante batalha sindical". Como membro da dire-

ção nacional da CUT, Lúcio acha positiva a disputa no interior de sua central. "Ela aflorou a discussão sobre a concepção de uma central sindical. Agora está claro que o partidismo atrapalha a CUT, dificulta sua ação".

"A vitória do Carlúcio é uma derrota da CUT", afirma o coordenador da Comissão de Fábrica da Ford. Segundo afirma, "o Carlúcio representa o setor mais sectário da CUT, o setor que quer transformar a central num partido fechado, radical, fora da realidade do país e da categoria".

CAMPANHA NAS RUAS

Enquanto a CUT fica paralisada, a Chapa 2 prossegue sua campanha eleitoral. Os lançamentos da chapa nas regiões e os comícios nas portas de fábricas têm recebido excelente acolhida. E agora todo o esforço está concentrado na realização do grande ato de lançamento, no próximo dia 22. "Vamos encher a Galvão Bueno", afirma Lúcio.

A preocupação maior da chapa neste momento é com a possibilidade de fraude eleitoral. Na semana passada, o presidente do sindicato, Luis Antônio, forjou uma história de agressão para criar um clima de guerra na eleição. A Chapa 2 comprovou que tudo era mentira e já entrou com pedido de inquérito policial. "A nós não interessa nenhum tumulto na eleição. Queremos um pleito democrático, e não vamos aceitar as jogadas sujas da situação", explica Lúcio.

(Altamiro Borges)



Lúcio: "Não ao partidismo"

PARÁ

Camponeses mobilizam contra violência

Os trabalhadores rurais do Pará estão se mobilizando para enfrentar as constantes violências praticadas pelo latifúndio e pela aplicação da reforma agrária no Estado. Três importantes manifestações realizadas ultimamente em Conceição do Araguaia, Xinguara e Paragominas, reuniu milhares de pessoas. Em Xinguara, durante o ato público, um pistoleiro tentou matar o deputado estadual do PMDB, João Batista.

Paragominas fica a 300 quilômetros de Belém, às margens da rodovia Belém-Brasília e depois do Sul do Pará é a região de maior conflito fundiário do Estado. Ali a UDR (União Democrática Ruralista) tem uma das suas bases mais fortes. Muitos pistoleiros infestam a região, cometendo todo tipo de violências contra os posseiros, inclusive assassinatos. Estes crimes ficam impunes devido à cumplicidade ou conivência das autoridades locais, comprometidas com os latifundiários.

No dia 2 de maio houve na cidade uma concentração de protesto contra a violência que atinge os trabalhadores e pela reforma agrária. Por volta do meio dia cerca de três mil pessoas percorriam as ruas da cidade, carregando faixas e gritando palavras de ordem. De repente, um pistoleiro de nome Ataíde, que estava no meio da multidão fazendo provocações, sacou sua arma e disparou contra o deputado João Batista. O parlamentar escapou ileso, mas uma mulher que estava a seu lado foi atingida.

Pistoleiro foge mas a multidão lincha um outro

Um grupo de trabalhadores saiu em perseguição ao pistoleiro. Os que estavam armados atiraram nele, ferindo-o gravemente com três tiros, mas conseguiu escapar. No tiroteio dois camponeses foram feridos a bala. Em seguida a multidão se voltou contra um motorista de táxi conhecido por "Pilha-Fraca" que é acusado de ser pistoleiro. Momentos antes o jagunço Ataíde tinha sido visto dentro de seu carro. "Pilha-Fraca" se recusou a sair do carro e então

alguém gritou: "Lincha, lincha". O motorista ainda sacou o revólver e deu um tiro que atingiu o teto do carro, mas a multidão o linchou rapidamente com facadas e tiros.

O ato realizado em Paragominas é o terceiro feito no Estado em protesto contra a violência dos latifundiários e pela reforma agrária. Neste ato estiveram presentes dezenas de dirigentes sindicais, representantes de partidos políticos, entre eles, Luis Antonio Damasceno, representando o PC do B, e o deputado João Batista. Anteriormente, no dia 5 de abril ocorreu uma manifestação em Conceição do Araguaia e no dia 21 outra em Xinguara. Cada uma delas contou com a participação de aproximadamente 3 mil pessoas.

Esta tem sido a resposta do movimento camponês do Pará contra a total estagnação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo Sarney. A desilusão com o PNRA é total. E não é para menos. Segundo o levantamento de um instituto de pesquisas, as metas estabelecidas para serem cumpridas até 1989, se for mantido o mesmo ritmo de 1986, levará mais de mil anos para ser atingida. A desapropriação levará 57 anos, a emissão de posse 174 e o assentamento 1.026 anos.

No Estado do Pará foram preparados processos de desapropriação para mais de cem áreas. Porém, pouco mais de uma dezena foi desapropriada e em apenas seis foi realizado assentamento. Na realidade, nessas áreas não houve assentamento de novos colonos, todos eram posseiros que tiveram legalizadas suas posses. O deputado Ademir Andrade, presente no ato de Xinguara, afirmou: "O Getat não dá terra para ninguém, apenas legaliza a situação de quem já ocupou".

A situação é tão grave que



O deputado João Batista falava aos camponeses, quando o pistoleiro tentou matá-lo

o ex-presidente do Getat se dirigiu aos camponeses em Xinguara, dizendo que ia falar na condição do cidadão Ronaldo Barata que defende a reforma agrária, para pedir ações de maior envergadura como forma de pressão para fazer avançar a reforma agrária. As vésperas de sua extinção o Getat já estava virtualmente desativado, completamente desprovido de recursos materiais e humanos. Numa situação muito distinta de anos atrás quando possuía enormes recursos para servir descaradamente aos latifundiários.

Camponeses contra latifúndio e o divisionismo

A luta camponesa se reanima no Pará, mas para adquirir maior envergadura é necessário romper com o divisionismo que ainda se manifesta em seu seio. No ato de Conceição do Araguaia, promovido por entidades vinculadas à CPT (Comissão Pastoral da Terra) e ao PT, o sectarismo predominou. O deputado Carlos Cavalcante, eleito por aquele município, não pôde falar; o deputado João Batista foi vaiado por elementos vinculados à CPT e PT e Socorro Gomes, que

estava presente representando o PC do B, só pôde usar a palavra em nome da Federação das Associações de Moradores e Centros Comunitários do Estado do Pará. Em Xinguara, o PT e a CPT não mandaram nenhum representante, apesar de terem sido convidados e um dirigente da CUT, que estava presente, não quis discursar, alegando que não estava autorizado a fazê-lo, temeroso de ser repreendido pelos elementos mais sectários da CPT e do PT. Da mesma forma que em Xinguara, também em Paragominas aquelas duas organizações não se fizeram representar.

Aproveitando-se dos incidentes em Paragominas, provocados por pistoleiros, os latifundiários e seus defensores desfecharam uma grande campanha através da imprensa, apresentando-se como defensores da paz. Posavam-se de vítimas, atribuindo, principalmente ao deputado João Batista, o clima de violência que reina naquele município. Alguns destes que espalham esta campanha mentirosa, são figuras bastante conhecidas como grileiros e membros da famigerada UDR, envolvida em muitos assassinatos de trabalhadores. Um destes nomes é Fausto Fernandes, eleito deputado federal com apoio da UDR.

Mas como diz o ditado

popular, "a mentira tem pernas curtas", os fatos falam por si. Na extensa lista de mortos nos conflitos fundiários no Pará, raramente se encontra um latifundiário e é pequeno o número de pistoleiros. A grande maioria é de trabalhadores rurais ou dirigentes sindicais como Canuto, Benezinho e Salvador. Esses crimes não são apurados e os assassinos e mandantes gozam da mais completa impunidade. O deputado João Batista, por exemplo, já sofreu três atentados e, como sempre, nada foi apurado.

Sem a reforma agrária não há paz no campo

A causa dos conflitos fundiários está na injusta estrutura agrária que concentra a terra nas mãos de meia dúzia de latifundiários enquanto milhões de trabalhadores rurais não tem um pedaço de chão para plantar. A única medida capaz de acabar com a violência no campo é a reforma agrária que elimine a praga do latifúndio. E só com a união de todas as forças democráticas e progressistas este objetivo será alcançado.

(Neuton Miranda, presidente do diretório regional do PC do B do Pará)

Lutas estudantis

Estudantes do interior paulista fizeram várias manifestações de protesto contra o aumento abusivo nos preços das mensalidades escolares. Em Marília centenas de universitários foram ao centro da cidade protestar contra os aumentos de 40 a 50% nas mensalidades das escolas superiores de Medicina, Enfermagem, Administração de Empresas e Ciências Exatas. Em Tupã mais de 500 alunos também protestaram. Em Presidente Prudente os estudantes da Universidade do Oeste entraram em greve contra o aumento de 124% nas mensalidades. Em Ribeirão Preto os alunos da USP estão boicotando as aulas desde o dia 1º de abril em protesto contra um aumento de 100% nas mensalidades. A reitora, Elmara Richey, chamou a Polícia Militar para dentro do campus, para intimidar os grevistas. O governo autorizou um aumento de 35%, que está sendo desrespeitado abertamente pelas escolas, que estão querendo reajustes de 200% nas mensalidades.

Encontro da UJS no Pa

A União da Juventude Socialista do Brasil promoveu no início de maio, na Ilha do Queiroz, um seminário com o tema "O Movimento Estudantil e o Trabalho nas Entidades". O evento contou com a participação de mais de 60 lideranças de grêmios escolares, dirigentes da Umes (Belém), Unema (Marabá) e estudantes de diversas escolas de Belém, Castanhal e Marabá. Durante o encontro foram realizados vários debates, contando com a colaboração de Socorro Gomes, presidente da Fecac (Neuton Miranda, dirigente do PC do B do Estado, entre outros. Também houve tempo para o lazer, com a entrega de medalhas para o time de volei que representou o Pará no III Congresso Nacional da UJS.

(da sucursal)

Debates sobre aliment

Encerrou-se dia 13 em São Paulo o X Congresso Brasileiro de Ciências e Tecnologia de Alimentos. Participaram do evento cerca de 10 mil profissionais da área, entre eles, engenheiros de alimentos, pesquisadores, químicos, farmacêuticos, agrônomos, veterinários, nutricionistas e professores universitários. Um dos principais debates deste encontro foi sobre a necessidade de se assegurar o acesso do consumidor às informações corretas sobre o que se come. As propostas aprovadas no congresso serão enviadas ao ministro da Saúde, Roberto Santos.

O presidente da Sociedade Brasileira de Ciências e Tecnologia de Alimentos (SBCTA), organizadora do congresso, Luis Eduardo Carvalho, pediu a reativação da Câmara Brasileira de Alimentos, do Ministério da Saúde. A Câmara está desativada há sete anos e é responsável pelo estudo da legislação dos alimentos. Segundo Luis Eduardo, "não queremos apenas a reativação da câmara, mas que ela funcione com técnicos e especialistas contratados pelo governo, que possuam laboratório equipado e capaz de realizar análises sofisticadas".

Economiários protesta

No último dia 12, os funcionários da Caixa Econômica Federal realizaram manifestação em todo o país para protestar contra o atendimento de suas reivindicações pelo governo federal. Os economiários, que realizaram greve em março passado, exigem uma reequilíbrio salarial aos ex-funcionários do ex-BNH (Banco Nacional de Habitação) e aumento real dos salários. Os trabalhadores do setor também decidiram deflagrar uma greve nacional a partir do próximo dia 26, caso a diretoria da Caixa Econômica não assinasse um acordo vantajoso. A paralisação poderá ser liderada por dois bancários de vários Estados mobilizados para conquistar o aumento de 30% no salário. A greve do início do ano foi negada na greve do início do ano.

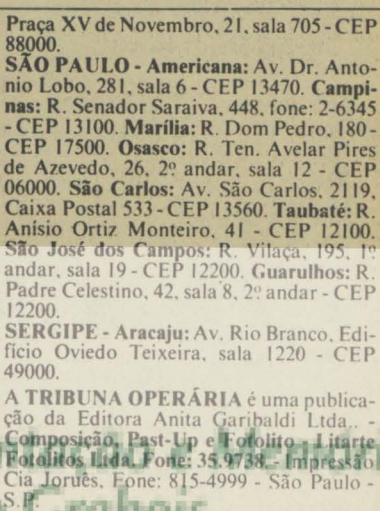
Ameaça de greve no

Pela primeira vez na história do Banco Central, os seus funcionários (num total de 6 mil) poderão entrar em greve, caso não sejam atendidas as suas reivindicações. Os funcionários reivindicam reajuste de 30% retroativo a 1º de abril. Em 8 de abril, a antiga diretoria do Banco Central, ainda na gestão de Franco de Aguiar, havia aprovado o reajuste de 30% para os funcionários, mas para que ele seja aplicado depende da homologação do Conselho Monetário Nacional. Logo que surgiu a possibilidade de sair greve a direção do BC publicou para as ameaças. O diretor Lúcio de Almeida distribuiu uma circular falando em punição aos funcionários que fizeram greve.

Articulação de mulhe

A União de Mulheres de Campinas realizou no final de abril uma reunião com representantes de cinco bairros, o que marcou a retomada da organização desta entidade no interior do Estado. Segundo Rosângela Martinhago, presidente do organismo, "a União de Mulheres está com uma nova proposta de organização. Vamos criar, a partir desta reunião, várias União de Mulheres por regiões ou bairros. Descentralizando as discussões estaremos possibilitando uma maior participação das mulheres".

Várias reivindicações e problemas foram levantados durante o encontro, como a melhoria das condições de trabalho, as agressões físicas cotidianas, etc. Também foi observado a ausência de creches no município tem gerado várias mobilizações nos bairros, e a União de Mulheres pretende agora unificá-las para gerar maior força de pressão. Mas, como explicou Rosângela Martinhago, a entidade ficará restrita às lutas específicas. "A nossa luta é pela mudança da sociedade, pelo socialismo", afirma. (Marta Regina Maia, da sucursal de Campinas)



SERVIDORES CONTRA ARROCHO

O estudo das perdas salariais das diversas categorias de trabalhadores em consequência da inflação, segundo do DIEESE, indica que os funcionários públicos estão entre as que mais sofreram corrosão. Enquanto o reajuste já era semestral (decretado sob pressão durante o Governo Figueiredo, em 1979) a dos servidores continuaram anuais. Quando a trimestralidade foi adotada para grande número de categorias, os funcionários públicos passaram a ter seus salários reajustados semestralmente, no Governo Sarney. Nestas condições é que o funcionalismo recebeu o “choque do cruzado”, em fevereiro do ano passado, sendo que para quem ganhava o semestral, as perdas chegaram a quase o dobro. Agora os funcionários lutam para garantir o direito ao gatilho salarial.

Ao que tudo indica, a primeira articulação dos governadores recém empossados neste início de ano diante da situação catastrófica em seus respectivos Estados, teve como principal alvo o funcionalismo público. Na verdade, foi a seqüência lógica de uma orientação que já vem de longa data no sentido de fazer com que o funcionário público carregue uma pesada cruz de incúria administrativa, clientelismo político, corrupção desbragada, dívidas astronômicas, com as unidades da “federação” garroteadas por uma política fiscal centralizadora, sugando ao máximo os recursos arrecadados nos Estados.

Fruto desta orientação, algumas medidas de propaganda foram tomadas para desmoralizar o funcionalismo como um todo: partindo de uma crítica justa ao descalabro dos “marajás”, e, em alguns Estados, inclusive, acionando juridicamente esses beneficiários que chegavam a ganhar até 400 mil cruzados por mês (enquanto o salário médio da categoria não passa de 1 salário mínimo e meio), aproveitou-se para atacar o funcionalismo em geral. Em seguida, veio a decisão quase unânime dos governadores, amparada numa recomendação favorável do próprio ministro da Fazenda, de ir substituindo o gatilho salarial por outras formas mais lentas de reposição do poder aquisitivo do salário, que no dicionário da luta popular não tem outro nome: é arrocho mesmo!

IMPÕE-SE A UNIÃO NACIONAL

Para se contrapor a essa política nacional dos governadores, os funcionários também se organizam para uma ação mais coordenada. Na última quinta-feira, representantes de entidades dos diversos setores do funcionalismo público de São Paulo começaram a se dirigir para Brasília, onde, em conjunto com vários outros Estados, procuraram desenvolver intensa atividade política junto aos partidos, lideranças do Legislativo e também no Ministério da Fazenda. Enquanto isso, em cada Estado, a movimentação é intensa.

Com uma passeata que reuniu mais de 40 mil pessoas, os funcionários públicos paulistas protestaram contra as manobras do Governo Quérzia para eliminar o gatilho salarial. Quérzia intensificou as negociações com a bancada peemedebista na Assembléia Legislativa para “melhorar” a proposta de aumentos quadrimestrais inicialmente enviada para aprovação que depois se transformou em trimestrais. (Ver quadro ao lado).

Com cerca de 70% da categoria

paralisada, os funcionários impuseram recuos significativos à ofensiva do Palácio dos Bandeirantes. Abarbar com a vinculação dos aumentos à arrecadação do ICM, relacionando-os com os índices inflacionários e não permitir que o piso salarial termine por achatarse um conjunto expressivo de setores do funcionalismo tem sido preocupações imediatas das entidades em luta.

Em Minas Gerais além da intransigência do atual governo do Estado em levar a sério a reivindicação de 108% de reajuste, que incorpora o gatilho, os funcionários têm que enfrentar a polícia nas ruas. Na quarta-feira passada, no centro de Belo Horizonte na Praça Sete, 20 mil servidores foram violentamente reprimidos. Mas o gás lacrimogênio e os cassetetes não foram suficientes para impedir que se realizasse o ato público. As lideranças do movimento, contando com grande disposição de luta da massa, enganaram a repressão, cumpriram a programação e foram até o Palácio da Liberdade, encerrando a manifestação com o enterro simbólico do governador Newton Cardoso.

O CLIMA É DE REVOLTA GERAL

Os funcionários de Santa Catarina também se mobilizam exigindo a aplicação do gatilho, a valorização do servidor público e a democratização da legislação sindical da categoria. O governo estadual ameaça com corte de ponto e demissão. Os 108 mil funcionários do Estado realizaram paralisação no último dia 7 de maio, o que provocou a exoneração de dezenas de grevistas. Está marcada greve por tempo indeterminado a partir do dia 20 próximo. Em Goiás, os 142 mil servidores exigem a aplicação do gatilho e a vinculação do piso aos aumentos do salário mínimo. Somente este ano já realizaram 2 greves, sofrendo forte repressão. No Pará, os funcionários não têm reposição desde março de 1986, o gatilho não disparou nenhuma vez, deixando apenas uma saída para os 40 mil servidores públicos: lutar por seus direitos. Ao tomar conhecimento da deflagração do movimento grevista no dia 13 de maio o governador Hélio Gueiros declarou que não aceitaria imposição de ninguém, bradando: “Eu comando o espetáculo aqui!” Mesmo diante das ameaças, os grevistas ampliam sua organização obtendo apoio de vários setores da sociedade.

A situação no Rio Grande do Sul também é de revolta contra o endurecimento do governador Pedro Simon que acabou levando 250 mil funcionários a uma greve que se prolonga por mais de um mês. Para se ter uma idéia do grau de perda do poder aquisitivo do funcionalismo, é só verificar a quantas anda um salário de professor: Cz\$ 2.000,00 e

ainda por cima foi retirada a ajuda de custo para aqueles que trabalham em locais de difícil acesso. “Como é que nós professores podemos aceitar que o governo não cumpra uma lei que já foi aprovada em 1985? Vamos permanecer em greve até a vitória”, ressaltou Zenir Correia, da rede pública. A reivindicação, tanto dos funcionários como dos professores continua sendo a mesma: cumprimento das leis 8020 e 8026, que estabelece o piso salarial em 2,5 salários mínimos.

SÓ A LUTA GARANTE O GATILHO

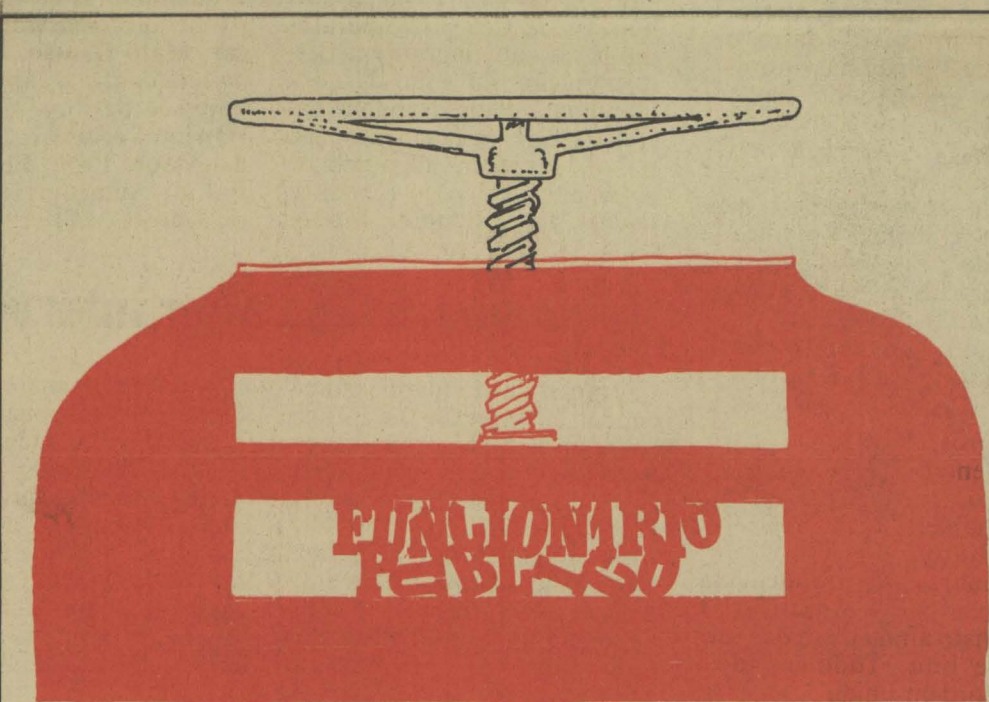
Na última quinta-feira, esgotando as possibilidades de negociação diante da inação do governo estadual, os professores ocuparam os 12 andares da Assembléia Legislativa, situado em frente à sede do Executivo, o Palácio Piratini. Os professores entregaram carta aberta a todos os parlamentares com suas reivindicações, exigindo mudança na atitude do governador. Enquanto isso, Pedro Simon enviou à procuradoria geral da República uma representação requerendo a inconstitucionalidade das leis que garantem o piso e o reajuste automático para o funcionalismo.

No Espírito Santo não foi diferente a atitude do governo estadual: o executivo enviou mensagem à Assembléia Legislativa propondo a eliminação do gatilho e instituindo o reajuste semestral. A iniciativa do Governador Max Mauro recebeu o repúdio amplo de várias forças políticas. O líder do PC do B na Assembléia, representando o sentimento das entidades do funcionalismo público condenou a proposta governamental, indicando saídas concretas para se superar a crise financeira do Estado, como a tributação dos grandes conglomerados financeiros que são isentos do pagamento de impostos ou então grandes sonegadores de tributos, agilizando a máquina arrecadadora do Estado.

Este quadro nacional de lutas mostra a combatividade e a capacidade de mobilização dos funcionários diante do arrocho que se quer impor aos seus salários. O fato de os Estados se encontrarem em precária situação financeira, não pode ser justificativa séria para liquidar a capacidade de compra dos servidores públicos. Medidas urgentes se fazem necessárias para conter o processo inflacionário a caminho da hiperinflação e da recessão: uma reforma tributária emergencial que assegure a retenção de mais recursos nos próprios Estados; a plena liberdade de reivindicação dos funcionários públicos, com o fim das violências policiais contra suas mobilizações; a eliminação de toda e qualquer represália funcional e a democratização sindical. (Pedro de Oliveira e sucursais)



40 mil funcionarios paulistas protestam contra a tentativa de acabar com o gatilho



Retórica e demagogia

Ainda hoje o PMDB propaga aos quatro ventos que é contra o arrocho salarial. Salvo honradas exceções, o discurso foi transformado em retórica pura, ou melhor, demagogia cínica e barata. A ofensiva atual dos governadores deste partido (e também do PFL) contra o gatilho que aciona o reajuste móvel não merece melhor qualificação que arrocho salarial e, como tal, em pouco ou nada difere da prática vigente durante o regime militar.

É sabido o efeito corrosivo da alta dos preços sobre a remuneração da força de trabalho, sendo que quanto maior o ritmo e a intensidade da inflação e quanto menos o espaço entre um e outro reajuste salarial, maiores os prejuízos sofridos pelos trabalhadores.

Nas condições atuais, de uma alta de preços que foge a qualquer controle, acabar com o gatilho a 20% é condenar os assalariados a perdas sem precedentes na história do país. Por mais imperfeições que a escala móvel possui (em função, especialmente, da regulamentação infame sobre sua aplicação), e que devem ser urgentemente corrigidas, é ainda um meio de defesa dos trabalhadores.

Analisemos, por exemplo, uma das mais “generosas” propostas que vêm sendo apresentada como alternativa ao gatilho, a introdução do reajuste trimestral pretendida pelo governo paulista, do senhor Orestes Quérzia. Tomando o piso salarial ofertado pelo governador, de 4.200 cruzados, vê-se que, ao final do terceiro mês, na hipótese de uma inflação de 20%, ele estará valendo apenas 5.040, ou seja, 20% a mais em relação ao valor original. Ou seja, Cz\$ 2.427 aos preços vigentes no mês

em que foi reajustado).

Como o salário só é recebido no fim do mês, sendo consumido no mês seguinte, seu poder de compra já estará defasado. Os Cz\$ 4.200 recebidos vão se confrontar com preços Cz\$ 5.040 (ou seja, o que valia Cz\$ 4.200 no mês anterior, com a inflação de 20%, passa a valer Cz\$ 5.040, o seguinte), diante de uma alta em cruzados de 840. No segundo mês, os preços terão subido mais Cz\$ 1.008, para Cz\$ 6.048, acumulando uma alta em relação ao salário nominal de Cz\$ 1.848 (veja o gráfico).

O valor real médio do piso salarial, preços do mês em que foi decretado, se igual a Cz\$ 2.947,09, ou seja, o equivalente a 70% do seu valor original, sofrendo uma perda de aproximadamente 30%.

Deputados do PMDB apelam para sofismas insustentáveis quando tentam justificar a adoção do reajuste trimestral, apresentando-o inclusive como uma “antiga reivindicação dos trabalhadores”. Mais que “antiga”, é, nas condições atuais, uma bandeira superada reacionária, que só pode servir às forças conservadoras. Em primeiro lugar, a trimestralidade é levantada como contraposição do direito, já conquistado, ao gatilho (bem mais favorável); os níveis da inflação são superiores aos de 1986, quando os trabalhadores lutavam pelo trimestral. E os salários foram cortados ao valor médio em março do ano passado (os “picos” são, conseqüentemente, menores). Não há como esconder. Eliminação do gatilho é arrocho salarial.

(Umberto Marti)

AS PERDAS COM O TRIMESTRAL

(inflação presumida de 20% ao mês)

meses	(A) salário nominal (em Cz\$)	(B) Preços (em Cz\$)	(C) Alta de preços (em Cz\$)	(D) Preços X Salário (B-A em Cz\$)	(E) Salário real a preços do mês do reajuste (em Cz\$)	(F) % sobre o valor original
1º	4.200	5.040,0	840,0	840,0	3.500	83,3
2º	4.200	6.048,0	1.008,0	1.848,0	2.916	69,4
3º	4.200	7.257,6	1.209,6	3.057,6	2.427	57,8

O salário real médio, a preços fixos do mês em que foi decretado ou reajustado, igual ao produto da soma do acumulado nos três meses (3.500 + 2.916 + 2.427) dividido por três, é, no caso, de Cz\$ 2.947,6, equivalente a cerca de 70% do valor original, ou seja, com o trimestral, na hipótese de uma inflação constante de 20% ao mês, o funcionalismo acumularia uma perda (brutal) de aproximadamente 30%